



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves

Av. Presidente Costa e Silva, 315 - Bairro: Planalto - CEP: 95703260 - Fone: (54) 3452-2234 - Email:
frbentgonc2vciv@tjrs.jus.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 5002972-46.2021.8.21.0005/RS

AUTOR: QUIDITA MOVEIS LTDA.

SENTENÇA

Vistos.

Pende a análise da homologação do plano de recuperação judicial.

A recuperanda juntou aos autos o plano de recuperação judicial consolidado, nos termos da decisão do ev. 377, informando o prazo e periodicidade dos pagamentos da classe I, assim como adequando o plano ao controle de legalidade.

Ressalva-se, contudo, que o pagamento dos credores inicia com a homologação do plano apresentado no evento 388, DOC2.

Na esteira da manifestação do Administrador Judicial do ev. 336, em que pese o plano de recuperação judicial não ter sido aprovado na classe III dos credores (não atendendo o disposto no art. 45 da LRF) entendo possível a homologação do plano de recuperação judicial mediante "cram down", já que atendidos os requisitos do artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005¹.

No caso, e como salientado pelo AJ no ev. 336, ao qual me reporto, ocorreu o preenchimento dos requisitos legais, situação explanada no gráfico o qual utilizo como razão de decidir:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves

| Requisito | Ocorrência no caso concreto | Preenchimento do requisito legal |
|---|---|----------------------------------|
| I - Voto favorável de mais da metade dos créditos presentes ao conclave, independentemente de classe. | O plano obteve aprovação de 81,24% dos créditos presentes, independentemente de classe. | ✓ |
| II - Aprovação na maioria das classes de credores (caso haja quatro, aprovação em três classes). | Há créditos arrolados em quatro classes na presente Recuperação Judicial, sendo que o plano foi rejeitado apenas em uma delas (classe III). | ✓ |
| III - Voto favorável de mais de um terço dos credores na classe em que o plano tiver sido rejeitado. | O plano obteve voto favorável de 71,43% dos credores da classe III, pelo critério de cabeça, e 35,86% , pelo critério de valor. | ✓ |

A subclasse criada para os credores quirografários também não configura óbice à aprovação do plano, já que apresentadas condições iguais (sem deságio e com atualização pela TR + juros remuneratórios de 3% a.a.), havendo diferença apenas quanto ao período de carência e ao prazo de pagamento das parcelas.

A diferença, por sua vez, parece razoável, de modo que os valores módicos serão quitados de forma mais célere.

A recuperanda apresentou certidão positiva com efeito de negativa em relação ao fisco estadual e federal.

Falta, contudo, a certidão negativa do fisco municipal.

No ponto, a comprovação da quitação de todos os tributos como condição da concessão de recuperação judicial se mostra desarrazoada, indo, inclusive, de encontro com o objeto da própria Lei n. 11.101/2005, uma vez que obstacularia a recuperação da empresa, o pagamento de créditos trabalhista, assim como a própria continuidade da atividade empresarial e a manutenção dos empregos que a recuperanda vem gerando.

É este, inclusive, o entendimento jurisprudencial ao qual me filio a fim de dispensar a recuperanda de juntar as certidões de regularidade fiscal.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
2ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves

Diante do exposto, **HOMOLOGO** o Plano de Recuperação Judicial - evento 388, DOC2, com as ressalvas da decisão evento 377, DOC1, para, nos termos do artigo 58, caput, da Lei nº 11.101/2005, **CONCEDER A RECUPERAÇÃO JUDICIAL** à QUIDITA MOVEIS LTDA.

Ressalvo, contudo cláusula 8.1, em que o prazo de 24 meses para o pagamento dos credores trabalhistas inicia com a presente decisão.

Intimem-se desta decisão a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, assim como a Junta Comercial.

Comunique-se ao Serviço de Documentação da Corregedoria Geral de Justiça acerca da presente decisão.

Intimem-se.

Diligências legais.

Documento assinado eletronicamente por **PAULO MENEGETTI, Juiz de Direito**, em 26/10/2022, às 11:58:4, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10027677236v9** e o código CRC **b723a277**.

1. “Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma dos arts. 45 ou 56-A desta Lei. § 1º O juiz poderá conceder a recuperação judicial com base em plano que não obteve aprovação na forma do art. 45 desta Lei, desde que, na mesma assembleia, tenha obtido, de forma cumulativa: I – o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia, independentemente de classes; II - a aprovação de 3 (três) das classes de credores ou, caso haja somente 3 (três) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 2 (duas) das classes ou, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas, sempre nos termos do art. 45 desta Lei; III – na classe que o houver rejeitado, o voto favorável de mais de 1/3 (um terço) dos credores, computados na forma dos §§ 1º e 2º do art. 45 desta Lei.” (grifamos)

5002972-46.2021.8.21.0005

10027677236 .V9